

## A HORA DA VERDADE

João Paulo de Almeida Magalhães

Em termos econômicos os anos 80 e 90 configuraram, para o Brasil, o que ficou conhecido como as duas décadas perdidas. Resultou a primeira, do errôneo ajustamento aos dois choques do petróleo e a segunda, da adoção do receituário neoliberal, propugnado pelo Consenso de Washington. O resultado foi a séria dependência externa da economia brasileira expressa na necessidade de rolar, anualmente, 25 bilhões de dólares da dívida externa e de captar outros 25 bilhões de poupança estrangeira. Para tanto, o país viu –se obrigado a adotar elevadíssimas taxas de juros, que bloquearam seu desenvolvimento. E este se tornou, em si, desaconselhável, dado que aumentava o consumo interno de bens necessários às exportações.

A saída dessa crítica situação depende de vigorosas políticas de exportação e de substituição de importações. No caso das exportações, não são suficientes estímulos convencionais mas se revela indispensável a criação de setor industrial voltado fundamentalmente para atendimento do mercado externo.

Surge, então, pergunta de vital importância: pode –se esperar manutenção, por no mínimo quatro anos (período requerido para implantação das políticas acima), do apoio financeiro internacional, sob a forma de rolagem da dívida e captação de novos recursos, no total de 50 bilhões de dólares ao ano? A experiência da Argentina, o comportamento recente do FMI, e declarações de representantes da grande finança mundial indicam que não. Nesse contexto, grave erro consistiria em, dentro da visão neoliberal da provisoriedade das crises e da eficiência dos mecanismos de mercado, tentar manter, a todo custo, nossos compromissos externos com o esgotamento dos 34 bilhões de dólares de nossas reservas cambiais e elevação do endividamento externo. O correto é adotar uma “economia de guerra” com declaração de moratória e adoção do controle de câmbio, complementados por política de substituição de importações e do que a CEPAL chamou de “industrialização exportadora”.

Contrariamente do que afirma certo pensamento conservador, a moratória não constitui crime ou manifestação de irresponsabilidade. Isso porque ela não é procurada ou desejada mas apenas aceita quando reconhecidamente inevitável. Num dos seus últimos relatórios a UNCTAD, órgão das Nações Unidas, mostrou que ela pode, em condições de crise cambial, constituir a melhor solução tanto para credores quanto devedores.

Em nosso caso temos duas justificações especiais para a moratória. Pagamos aos credores externos, a título de compensação pelo “risco Brasil”, juros duas a três vezes superiores aos níveis mundiais. Neles se acha, portanto, embutido um prêmio (pagamento) de seguro. Se nossos credores foram remunerados pelo suposto risco com prêmio de montante por eles mesmos estipulado, não é normal que assumam o prejuízo se o risco se concretiza? A par disso, a situação de fragilidade de nossa economia tem sido utilizada pelos círculos financeiros internacionais para vetar candidato às próximas eleições presidenciais, em claro atentado à soberania do país e a seu processo democrático. Somente isso justificaria plenamente a moratória.

Mas quais as conseqüências para o país da “economia de guerra” aqui proposta. Já tivemos experiência a respeito. Nos anos 30, com a Grande Depressão, e nos 40 (e até meados dos 50) com o Segundo Conflito Mundial e suas seqüelas, o Brasil viveu algo equivalente a uma economia de guerra. E nesse período o país se industrializou e registrou uma das fases de maior dinamismo de sua economia. Ou seja, em países de grandes dimensões, estrutura econômica diversificada e substanciais potencialidades inaproveitadas, a economia de guerra pode até ser favorável.

Em suma, terceira década perdida significará a condenação de nosso país a permanente subdesenvolvimento. Para evitá –la devemos, de uma vez por todas, assumir o risco de abandonar o receituário ortodoxo numa grande aposta na capacidade do Brasil de ingressar no restrito clube dos países desenvolvidos.